

PORTARIA Nº 001, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005.

Regulamenta o porte, transporte e utilização de armas de fogo e munições entregues aos Policiais e Bombeiros Militares lotados na Casa Militar da Governadoria do Distrito Federal quando em deslocamento a serviço dentro e fora do âmbito do Distrito Federal, utilizando armas e munições pertencentes à Casa Militar da Governadoria do Distrito Federal, bem como seu controle, estoque e distribuição.

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, incisos V e XXIII do Decreto nº 22.951, de 08 de maio de 2002, e considerando o disposto na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 regulamentada pelo Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, Portaria PMDF nº 446, de 04 de março de 2005 e Portaria CBMDF nº 037, de 16 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º O porte, transporte e utilização de arma de fogo de caráter particular de Policiais e Bombeiros Militares são regulamentados pela Corporação a que pertencer o militar.

Art. 2º O porte, transporte e a utilização das armas de fogo e munições pertencentes à Casa Militar da Governadoria do Distrito Federal (CM) pelos Policiais e Bombeiros Militares lotados na CM somente poderão ocorrer em serviço e por pessoal autorizado.

§ 1º As armas e munições pertencentes à Casa Militar da Governadoria do Distrito Federal serão utilizadas somente em ato de serviço.

§ 2º A Divisão de Apoio Operacional de Segurança da Casa Militar (DAOS/CM) é responsável por regular o controle, estoque, distribuição e manutenção das armas de fogo e munições, e incluindo procedimentos que assegurem a responsabilidade dos detentores de carga e de todo pessoal que utiliza, porta ou transporta armas e munições que lhe forem confiadas.

§ 3º A DAOS/CM é responsável por estabelecer um sistema de registros sempre que Policiais ou Bombeiros Militares venham disparar armas de fogo no desempenho de suas funções.

§ 4º A DAOS/CM se certificará que apenas sejam autorizados a portar armas de fogo e manusear as munições pertencentes à carga da CM, os Policiais e Bombeiros Militares, quando tiverem sido capacitados por suas respectivas corporações militares na utilização do armamento específico a ser empregado.

§ 5º A Subchefia de Segurança deverá estabelecer permanentemente critérios de avaliação de treinamento específico no emprego do armamento e munições de dotação da CM aos Policiais e Bombeiros militares, fazendo verificações periódicas, teóricas e práticas, no que concerne ao seu manuseio e utilização.

Art. 3º O deslocamento de Policial ou Bombeiro Militar, a serviço, para fora do âmbito do território do Distrito Federal, portando ou transportando armas e munições pertencentes à Casa Militar, somente será autorizado estando de posse da "ORDEM DE MISSÃO", do Certificado de Registro Federal de Arma de Fogo do respectivo armamento e do Porte de Arma, quando se aplicar.

§ 1º - A "ORDEM DE MISSÃO" será expedida pela Divisão de Apoio Operacional de Segurança - DAOS/CM, e devidamente assinada pelo Chefe da Casa Militar ou seu substituto eventual. (conforme modelo anexo a esta Portaria);

§ 2º - A "ORDEM DE MISSÃO" individualizará o Policial ou Bombeiro Militar a quem o documento está sendo expedido, o itinerário previsto e o período de início e término do afastamento.

§ 3º - O Certificado de Registro Federal de Arma de Fogo será entregue ao Policial ou Bombeiro Militar no mesmo momento do recebimento do armamento e das munições para o cumprimento da missão.

Art. 4º A Subchefia de Segurança deverá assegurar-se que qualquer alegação ou suspeita de uso arbitrário, abusivo ou inadequado das armas de fogo e munições pelos Policiais ou Bombeiros Militares seja sempre investigada imediatamente, tomando as medidas administrativas e legais apropriadas.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe da Casa Militar.

Art. 6º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se todas as disposições em contrário.

CARLOS ALBERTO LOPEZ MEDEIROS – CEL QOPM
Chefe da Casa Militar do GDF

Publicado no DODF nº 196, de 14 de outubro de 2005